

Trabalho apresentado no 12º CBCENF

Título: PROJETO PLANEJAMENTO FAMILIAR: VIVENCIANDO O CUIDADO COM A COMUNIDADE

Relatoria: NAYARA MARY ANDRADE TELES MONTEIRO

Autores: Maria Valdinete Fernandes da Silva

Mayne Gonçalves Barboza

Modalidade: Comunicação coordenada

Área: Políticas Públicas de Saúde

Tipo: Relato de experiência

Resumo:

INTRODUÇÃO: O Planejamento Familiar é um direito básico de todo ser humano, conforme traz a Constituição Brasileira. Este programa orienta-se por ações preventivas e educativas e pela garantia de acesso igualitário a informações, meios, métodos e técnicas disponíveis para a regulação da fecundidade. **OBJETIVO GERAL:** Relatar a vivência dos integrantes de um projeto de extensão referente às ações desenvolvidas pelo mesmo junto à comunidade. **METODOLOGIA:** Trata-se de um estudo descritivo, tipo relato de experiência após vivência no Projeto de Extensão Planejamento familiar pensando no discente e na comunidade, no primeiro semestre do ano de 2009. **ANÁLISE DE RESULTADOS:** O Projeto vem sendo desenvolvido no Centro de Saúde Alberto Teixeira Barreto, Bairro Califórnia no município de Itabuna, BA, onde são realizadas consultas de Enfermagem no Planejamento Familiar e palestras. Nas palestras, demonstramos como alguns métodos contraceptivos são utilizados, além de utilizarmos um álbum seriado contendo figuras e peças anatômicas. Durante as consultas buscamos queixas das clientes, fornecemos orientações e realizamos encaminhamentos. Ainda nesse período, elaboramos uma cartilha denominada Cartilha Pensando no Discente e na Comunidade: Métodos Contraceptivos, para serem distribuídas a comunidade. Foi desenvolvido também um website para o projeto. No período de abril a junho promovemos o I Curso de Capacitação para Professores do Ensino Médio e Fundamental da Rede Pública sobre Planejamento Familiar. **CONCLUSÃO:** Partindo do pressuposto de que saúde não é apenas dever do Estado, o projeto tem desenvolvido suas ações e elaborado recursos no intuito de democratizar o conhecimento e assegurar a participação da população na definição dos problemas de saúde, garantindo seu direito de cidadão.